

Feminismos negros e decolonialidade

Claudia de Faria Barbosa¹ 

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Centro Universitário UniRuy

Edmeire Oliveira Pires² 

Rede Municipal e Estadual de Ensino de Souto Soares- Bahia

Artigos livres | Free articles | Artículos libres

DOI do artigo: 10.22481/odeere.v6i01.8468

RESUMO

A partir da conjectura de que a história e atuação de escritoras feministas negras é uma maneira de tensionar as relações sociais para resolver problemas oriundos da colonização, este estudo parte do pressuposto de que a inserção, teorização dos papéis e contribuições dessas autoras na educação corrobora para desconstrução de narrativas éticas e estéticas pautadas no viés eurocêntrico. Objetiva-se destacar a potencialidade do pensamento feminista negro, utilizando a categoria da interseccionalidade, para incluir possibilidades pedagógicas de fomento ao debate de raça/etnia, classe e gênero, no âmbito educacional e combate ao racismo estrutural, sexismo e cultura patriarcal, advindos da colonialidade. Para tanto, parte-se de uma abordagem metodológica feminista, bibliográfica e qualitativa e se constitui em um diálogo ancorado em autoras estrangeiras e brasileiras, sobretudo negras e decoloniais no qual constata-se que o pensamento feminista negro pode colaborar para a construção de uma educação antirracista e antissexista para promover a decolonialidade do saber.

Palavras-chave: feminismo negro; educação; antirracismo; antissexismo; decolonialidade.

BLACK FEMINISMS AND DECOLONIALITY

ABSTRACT

Based on the conjecture that the history and performance of black feminist writers is a way of tensioning social relations to solve problems arising from colonization, this study assumes that the insertion, theorization of the roles and contributions of these authors in education corroborates for deconstruction of ethical and aesthetic narratives based on the Eurocentric bias. The objective is to highlight the potential of black feminist thought, using the category of intersectionality, to include pedagogical possibilities for fostering the debate on race/ethnicity, class and gender, in the educational sphere and combating structural racism, sexism and patriarchal culture, arising from coloniality. To do so, it starts from a feminist, bibliographical and qualitative methodological approach and constitutes a dialogue anchored in foreign and Brazilian authors, especially black and decolonial, in which it appears that black feminist thought can collaborate to the construction of an education anti-racist and antisexist to promote the decoloniality of knowledge.

Keywords: black feminism; education; anti-racism; antisexism; decoloniality.

Submetido em: 18 de abr. de 2021 | **Aceito em:** 11 de jun. de 2021

¹ Doutora em Humanidades (UCSAL), pesquisadora do Grupo de Estudos Hermenêuticos em Famílias, Territórios, Identidades e Memória (GEHTIM, CNPq-UESB), professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Centro Universitário UniRuy e professora colaboradora do Programa de pós-graduação stricto sensu em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC – UESB). Autora do livro: As mulheres na política local: entre as esferas pública e privada. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2168813017315763> E-mail: barbosa.claudiadefariabarbosa@gmail.com

² Mestranda em Gerência e Administração de Políticas Culturais e Educacionais do Instituto de Educação Superior Kyre'y Sãos (IESKS), Pós-graduada em História e Cultura Afro-brasileira (Pró-Saber) e Professora da Rede Municipal e Estadual de Ensino de Souto Soares - Bahia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4839858362331728> E-mail: meireoliveira18@hotmail.com

Introdução

As reflexões sobre a necessidade de uma educação antirracista, antissexista e decolonial partem do lugar de fala das autoras. A primeira, além de professora engajada com as questões de gênero e relações étnicas, pesquisa a atuação das mulheres nas esferas privada e pública e compreende que são necessárias mais ações e intervenções feministas, antirracistas e decoloniais na educação. Isso porque é por meio da educação que se pode alterar a cultura da participação das mulheres nas instâncias de poder e de representação, para que se consiga por meio de lutas, a equidade e o respeito a todas as pessoas com o fim das discriminações de gênero, raça/etnia e condição social.

A segunda, professora de História há vinte anos na rede pública do interior da Bahia, especialista em História da Cultura Afro-brasileira, atravessada pelas vivências e estudos étnico-raciais e de gênero, atua na região predominantemente rural, de população parda, onde as relações étnico-raciais ainda são pouco trabalhadas na escola. É, portanto, a partir da perspectiva experienciada em um contexto essencialmente de cultura patriarcal, que se percebe a necessidade de conscientização das pessoas, sobretudo de meninas e mulheres na luta por conquistar lugares e espaços sociais em uma sociedade desigual.

As autoras estão, especialmente interessadas na evolução da condição das mulheres, sobretudo as negras, diante do racismo, sexismo, machismo e misoginia constantes na sociedade e na temática dos grupos subalternizados tidos como "maioria minorizada".³ Essas meninas e mulheres não brancas e pobres sofrem as consequências de exclusões sociais desde sempre. Conforme Gonzalez⁴, "*para a mulher negra, o lugar que lhe é reservado é sempre o menor, é o lugar da marginalização, é o lugar do menor salário, é o lugar do desrespeito com relação à sua capacidade profissional*".⁵

³SANTOS, Richard. *Maioria Minorizada: um dispositivo analítico de racialidade*. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

⁴ Lélia Gonzalez, negra, professora, filósofa, antropóloga, política e ativista, pioneira nos estudos sobre cultura negra, racismo e sexismo no Brasil.

⁵ GONZALES, Lélia. Documentário. In: *As Divas Negras do Cinema Brasileiro*. Direção: Vik Birkbeck. Rio de Janeiro: Enugbarijô Comunicações, 1989. <https://www.youtube.com/watch?v=vJPCUf4yLKw/>. Acessado em: 14/03/2021.

Nessa perspectiva, estudos realizados sistematicamente nos últimos anos sobre as lutas das mulheres pela conquista de seus direitos, especificamente das mulheres negras e suas presenças nos espaços de produção e poder, afetividades, sociabilidade e construções sociais tem ancorado a categoria de Interseccionalidade⁶ que foi revisitada e reinterpretada⁷ como elemento dessa trajetória no pensamento feminista negro. Tais debates demonstram a negligência do estado em relação às mulheres negras e suas centralidades como alvo da negação de políticas públicas de assistência, proteção e, conseqüentemente, como principais vítimas dos processos de exclusão, violência e marginalização, ao tempo em que se apresentam como sujeitos combativos e resistentes a essa estrutura.

Embora os debates sobre raça/etnia e gênero sejam recorrentes nos espaços educacionais, sociais e virtuais, ainda não são suficientemente qualificados. As questões relacionadas à atuação das mulheres negras no processo de produção e disseminação do conhecimento encontram pouca visibilidade nas academias e na historiografia hegemônica ocidental. Este processo foi classificado como “três elementos da situação de repressão: esquecimento, desaparecimento e negação”.⁸

Portanto, justifica-se o presente estudo como instrumento de debate contra tais situações de esquecimento, desaparecimento e negação com interesse de estímulo e visibilidade a debates e produções sobre o tema do racismo e sexismo no combate às injustiças vivenciadas pelas mulheres negras. É, portanto, eminente, especialmente na atual conjuntura de crise política, econômica, social, sanitária e humanitária, em que se delinea diversas ondas de preconceitos e intolerâncias contra grupos historicamente reprimidos e subalternizados, que se percebe a necessidade de se unir contra explorações.

As minorias mais oprimidas de uma sociedade são, amiúde, utilizadas pelos opressores como arma contra o conjunto da classe a que

⁶ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 174 1º semestre 2002, p. 171-188 <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acessado em: 20/02/2021. Trata-se de ferramenta analítica que reflete as intersecções entre diferentes identidades sociais de raça, classe, gênero, geração, entre outras, permitindo melhor compreensão das desigualdades e das opressões e discriminações existentes na sociedade.

⁷ AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade: feminismos plurais*. São Paulo. Pólen, 2019.

⁸ HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs, and women. The reinvention of nature*. Routledge, New York, 1991.

pertencem. Em consequência, elas são consideradas inicialmente inimigas e é preciso uma consciência mais profunda da situação para que os interesses dos negros e dos brancos, das operárias e dos operários se coliguem, em vez de se oporem uns aos outros.⁹

A autora francesa aponta a união entre os grupos reprimidos como alternativa viável no enfrentamento da opressão e repressão sofridas por essas categorias, podendo ser utilizada aqui no Brasil, onde as relações cotidianas e educacionais também são atravessadas pelo imaginário eurocêntrico, branco e patriarcal, consolidado como resultado do processo de colonialidade.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América.¹⁰

O conceito de colonialidade, introduzido pelo autor, denuncia e critica o prosseguimento das relações político-econômicas mesmo depois do encerramento das atividades comerciais coloniais. Tais relações, em consequência, tornam-se produtoras, reprodutoras e difusoras do "racismo estrutural"¹¹, que está presente nas relações sociais como algo complexo e multifacetado.¹² Segundo Quijano, a colonialidade organiza e classifica as relações do sistema-mundo entre periferia e centro, por meio de dimensões do poder, saber, ser, divisão internacional do trabalho e dos marcadores de raça e sexo. Por isso, a luta anticolonial da sociedade latino-americana, em contraposição ao status estabelecido, prescinde de uma democratização e redistribuição do poder.

Nesse sentido, há que se reconhecer a potência da educação no enfrentamento aos processos de subalternidade impostos pela colonialidade do poder. Pois, no âmbito educacional pode-se tecer relações que corroboram para

⁹ BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 84.

¹⁰ QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 342.

¹¹ Conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais que beneficia um grupo étnico ou social em detrimento de outro.

¹² ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

o rompimento do ciclo, que se reverbera também por meio de marcadores como o sexismo e racismo, fenômenos utilizados para legitimar a dominação, controle e, em favor do capitalismo, justificar atrocidades que persistem até o tempo presente.

Nessa perspectiva, os estudos decoloniais constituem uma opção teórico-metodológica e política que abrangem e perfazem na estrutura do sistema-mundo, delineada pela permanência da colonialidade nos múltiplos aspectos da realidade em uma conjuntura na qual classe, raça, gênero e diáspora são categorizações essenciais para o entendimento do pensamento colonial.

O pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados.¹³

Para este autor, o processo de colonialidade se constitui como a face obscura da modernidade. Isto posto, para que os debates educacionais potencializem a decolonialidade é imprescindível que a educação contemple os diversos sujeitos historicamente marginalizados, como atores e produtores do conhecimento, a fim de desconstruir a universalidade do pensamento hegemônico ocidental, a partir da contemplação de um currículo pluricultural e multirracial, promovedor de uma educação insubmissa, transgressora, libertadora e emancipadora.^{14 e15} Sob essa ótica, este artigo tem a seguinte questão geradora: o pensamento feminista negro pode colaborar para a construção da educação antirracista, antissexista e a decolonialidade do saber?

Diante desta interrogação, objetiva-se destacar a potencialidade do pensamento feminista negro para incluir possibilidades pedagógicas de fomento ao debate de raça/etnia, classe e gênero no âmbito educacional; promover a reflexão sobre a valorização dos diversos atores do processo histórico e discussão sobre a reparação das exclusões sofridas por estes grupos, a fim de combater o racismo estrutural, sexismo e cultura patriarcal, advindos da colonialidade.

Neste intuito, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e qualitativa no diálogo com

¹³MIGNOLO, Walter D. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 32 Nº 94, julho, 2017, p. 2

¹⁴FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

¹⁵HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir. A Educação Como Prática de Liberdade*. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

as autoras negras¹⁶ estrangeiras e brasileiras e com autores decoloniais que promovem o debate e apontam saídas. Utiliza-se a categoria da interseccionalidade para compreender as violações de direitos e refletir sobre a necessidade da visibilidade e valorização da multiplicidade de epistemologias e saberes, considerados periféricos e dissonantes. Ademais, aporta-se nas contribuições, sobretudo das mulheres negras, como potentes produtoras deste conhecimento, frequentemente negligenciado pela academia brasileira e sociedade em geral.

A partir do exposto, este texto divide-se em três partes: nesta primeira apresenta-se a questão geradora, o objetivo, a justificativa, o problema e a metodologia. Situa os percursos e interesses das autoras, que foram impulsionadores destes estudos no cenário brasileiro atual e o problema em debate. Na segunda parte, apresenta-se o pensamento feminista negro como instrumento de decolonialidade. Na terceira seção, discute-se com as pensadoras feministas negras e pensadores decoloniais sobre o tensionamento com a perspectiva de mudança ética e estética nas relações educacionais hegemônicas. Por fim, faz-se as considerações sobre o feminismo negro como potente mecanismo de decolonialidade do saber.

Pensamento feminista negro como instrumento de decolonialidade

As relações étnico-raciais e de gênero nos espaços de poder e convivência são complexas e desiguais. Tais relações no Brasil são atravessadas pelo imaginário eurocêntrico como resultado do processo colonizador e mascaradas pelo “mito da democracia racial”¹⁷, o qual foi criado pelo patriarcado branco e difundido no Brasil¹⁸ cujo pressuposto é a negação do racismo e a harmonia entre as raças. Isso corrobora para que as discriminações e os embates raciais ocorram de forma

¹⁶ Embora o artigo visa trazer o pensamento de mulheres negras, utiliza-se também autoras não negras que ajudam a pensar a exclusão das mulheres na sociedade, como Donna Haraway, Simone de Beauvoir e Celia Maria Marinho de Azevedo, por exemplo. Também referencia autores e autoras decoloniais que embasam discussão sobre a teoria decolonial, como Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, María Lugones e Françoise Vergès.

¹⁷ GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. In: Caderno de formação política do Círculo Palmarino n.1 Batalha de Ideias, 2011; e GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 223 - 244.

¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006.

velada no bojo das diversas instâncias materiais e subjetivas. Entretanto, na batalha contra o preconceito, a educação é a principal aliada no combate às discriminações e exclusões, porque possui potencial transformador do ser humano e de sua realidade social.

Paradoxalmente, a educação escolar brasileira, com base no modelo eurocêntrico, tem historicamente relegado e minimizado as demais culturas e contribuições na formação da identidade nacional. Reproduz, desta maneira, a cultura hegemônica, patriarcal, heteronormativa e capitalista como universal e verdadeira, prejudicando a democratização do conhecimento e poder. Essa universalidade tem bases internacionais, no racismo institucional.¹⁹

Dessa perspectiva, 'racismo institucional' equivaleria a ações e políticas institucionais capazes de produzir e/ou manter a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo. Ainda que o papel do racismo na determinação das condições de vida e saúde seja reconhecido, é importante reconhecer, também, a existência de codeterminantes, ou seja, outros fatores que atuam concomitantemente, aprofundando ou reduzindo seu impacto sobre pessoas e grupos.²⁰

Conforme Werneck, o racismo institucional funciona como um limitador de acesso a bens e serviços. O Estado reconhece o problema e se compromete a buscar soluções, por meio da criação da Secretaria da Igualdade Racial e do estabelecimento de metas a serem alcançadas. A partir daí, o enfrentamento ao racismo é incorporado às diversas áreas e instâncias governamentais como saúde, educação e cultura. Um exemplo disso é o Programa de Combate ao Racismo Institucional da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (PCRI), porque o racismo

manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo

¹⁹ Em 1967 foi cunhado pelos integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, a fim de explicar como ocorre o racismo na organização da sociedade e nas instituições. De acordo com eles: "trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica". Esse Sistema de desigualdade tem base na raça e pode ocorrer em instituições como órgãos públicos governamentais, corporações empresariais privadas e universidades (públicas ou particulares).

²⁰ WERNECK, Jurema. Racismo Institucional e Saúde da População Negra. *Revista Saúde e Sociedade*. São Paulo, vol. 25, n.3. p. 543, 2016.

institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.²¹

Outra política pública do Estado brasileiro destinada ao combate do racismo é o Plano Plurianual de 2012 a 2015²², que teve como meta o “enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial”, com o objetivo de “instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas”.

Entretanto, apesar destes e outros investimentos nas últimas décadas, em políticas públicas e afro-reparatórias, reconhecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) no combate à desigualdade, como a Lei 11.465²³ que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; o sistema de cotas para negros, pardos e indígenas no ensino superior e nos concursos públicos federais; o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Investimento ao Estudante do Ensino Superior (FIEIS), os cursinhos pré-vestibulares populares e o Programa Bolsa-família, as chamadas políticas de nova geração, como ações afirmativas, as relações institucionais permanecem fortemente atravessadas por uma mentalidade colonial racista e preconceituosa.

As estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística²⁴, demonstram que o racismo estabelece e mantém a população negra em situações de vulnerabilidade e de desproteção social, por permanecerem com menor acesso a bens, direitos e serviços que devem ser garantidos a toda população. Segundo o Instituto, a taxa de analfabetismo em 2016 era de 4,2% de brancos e 9,9% de pretos ou pardos; o rendimento médio dos trabalhadores em reais, de 2.814 para

²¹ BAHIA. Secretaria de Saúde. *Programa de Combate ao Racismo Institucional*, 2006, s/p.

²² BRASIL. Lei 12. 593. *Plano Plurianual 2012-2015*. Brasília, 2012. Disponível em: Acesso em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12593.htm Acessado em: 10/03/2021.

²³ BRASIL. Lei 11.645/08. *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*. Brasília, 2008. Disponível em: Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acessado em: 10/03/2021.

²⁴ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. Censo Brasileiro de 2016. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/np_download/novportal/documentos_institucionais/Plano_de_Dados_Abertos_IBGE_2016_2017_20160831.pdf Acessado em: 20/12/2021.

brancos, 1.606 para pardos e 1.570 para pretos; a taxa de desocupação 9,5% para brancos e 14% para pretos e pardos.

Tal situação se agravou, principalmente a partir de 2016, com o estabelecimento das medidas neoliberais, empreendido pelo governo federal e medidas de austeridade, causadoras do desmantelamento das políticas públicas e cortes de benefícios sociais, a exemplo da tentativa da Reforma Administrativa PEC 32/2020²⁵, que visa a contratação de profissionais pelo regime celetista e de profissionais temporários, acaba com a estabilidade do servidor público; o desmantelamento do Sistema Único de Saúde, a partir da Emenda Constitucional 95/2020²⁶ apelidada “PEC da Morte”, que versa sobre o teto de investimento nos serviços públicos; a redução da Farmácia Popular; o fim do programa Mais Médicos; a Reforma Trabalhista, Medida Provisória 936/2020²⁷ que altera provisoriamente as leis trabalhistas e permite a suspensão dos contratos de trabalho temporários e diminuição salarial e a Reforma Previdenciária com a Emenda Constitucional n. 103/2019²⁸ que reduz o valor do benefício e aumenta o tempo de contribuição dos trabalhadores em atividades insalubres e praticamente extingue a aposentadoria especial. Desde então, muito se tem retrocedido nas questões sociais, trabalhistas e no estado de bem-estar social.

O crescimento do desemprego, o aprofundamento das desigualdades sociais e a crescente concentração de terras, favorecida pelas políticas de mercantilização, de concessão de terras públicas ao mercado e às mineradoras, por meio da flexibilização da legislação ambiental, promotora do desmatamento e da utilização ilimitada dos agrotóxicos, são exemplos de ataques permanentes aos territórios de populações tradicionais, ribeirinhas, camponesas e à agricultura familiar, que sustenta em até 70% o consumo interno de alimentos do país. Essa conjugação de fatores tem como consequência o retorno do país ao

²⁵ BRASIL. *Proposta de Emenda Constitucional n. 32/2020*. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/09/PEC-32-2020.pdf>. Acessado em: 05/11/2020.

²⁶ BRASIL. *Emenda Constitucional 95/2020*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm Acessado em: 20/12/2021.

²⁷ BRASIL. *Medida Provisória n. 936 de 1º de abril de 2020*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2020.

²⁸ BRASIL. *Constituição 1988. Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019*. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acessado em: 10/04/2021.

mapa da fome. Conforme dados do Inquérito Nacional pela Segurança Alimentar, no Contexto da Pandemia da Covid-19, no Brasil²⁹ mais de 116 milhões de brasileiros enfrentam algum grau de insegurança alimentar, especialmente populações rurais do Norte e Nordeste, negros e mulheres, dos quais 19 milhões de pessoas sofrem por falta de alimentos.

Diante do exposto, a luta pela busca de equidade e igualdade de direitos é urgente e exige uma demanda por ações antirracistas, antissexistas e progressistas no enfrentamento à sub-representação e hostilização dos sujeitos silenciados, invisibilizados e alocados em um lugar oposto aos privilégios.

No racismo, a negação é utilizada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: [...] O negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado, e enquanto o negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano.³⁰

Para a autora, a memória coletiva é repleta de esquecimento e, apagamento. Na metáfora sobre as máscaras de ferro³¹, dialoga com Fanon³² e questiona a necessidade de o colonizador manter o colonizado em silêncio, utilizar o medo como aparato de controle e preocupar-se sobre o que aconteceria se este sujeito falasse. Esta ideia coaduna com o conceito de “medo branco”, como uma resposta da branquitude ao ser nomeada pelo outro e ao sentir medo da autodeterminação e libertação dos povos.³³ Conforme alerta³⁴, na visão dicotomizante colonialista, as mulheres negras, por não serem brancas e nem

²⁹ Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acessado em: 15/04/2021.

³⁰ KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo no Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 34.

³¹ Trata-se de uma peça que faz parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas. Era usada pelos senhores brancos para evitar que os escravizados comessem enquanto trabalhavam. Porém seu principal objetivo era calar e amedrontar, as pessoas escravizadas, por meio da tortura. Portanto, a máscara de ferro representa um símbolo do colonialismo, dominação e os regimes brutais de silenciamentos.

³² FANON, Franz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo. Ubu Editora, 2020.

³³ AZEVEDO. Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

³⁴ KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo no Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p.34.

homens, são a antítese da branquitude e masculinidade, pertencem a um não-lugar e são vistas como “o outro do outro”.

Para mudar essa realidade é necessária a afirmação e valorização da diversidade, por meio da evidência da multiplicidade de saberes, existências e pluralismos. Nesse sentido é que se conclama ao “giro decolonial”.³⁵ Com vistas à subversão da ordem hierarquizante e desconstruções das dimensões éticas e estéticas estabelecidas, Maldonado convoca os sujeitos subalternizados à insurreição contra o pensamento separatista que estrutura as sociedades contra os interesses de sua própria população. Assim, a teoria decolonial reclama autonomia de conhecimento, sobretudo por meio da experiência da América Latina, por meio da crítica e questionamento das hierarquias estruturantes.

Foi pensando nessas mulheres, em suas lutas e em suas vidas que propus um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperiaista. Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo “mulher” designa uma posição social e política, não estritamente biológica.³⁶

Ao criticar o feminismo ocidental, a autora propõe desmascarar a dureza do cotidiano das mulheres racializadas, aquelas que “limpam o mundo e o carregam nas costas”. Subalternizadas e invisibilizadas pelas relações capitalistas coloniais, elas vivem à margem da sociedade, alijadas de seus direitos e dignidade. Nessa perspectiva, os feminismos negros se apresentam como dispositivos em potencial na promoção do giro decolonial, pois, sua epistemologia compreende que a categoria raça nasce para satisfazer as necessidades do capital e, ao mesmo tempo, é submetida a ele, pois na sociedade capitalista contemporânea, o racismo funciona como mecanismo ideológico de super exploração e opressão. Ele é norma fundamental de uma pseudodemocracia, da lógica burguesa dos super ricos, do falso empreendedorismo e meritocracia, do desemprego estrutural que situa trabalhadores na franja marginal e da produção de alta lucratividade a

³⁵ TORRES, Nelson Maldonado. La descolonización y el giro des-colonial. In: *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, n. 9: 61 - 72, julio - diciembre, 2008. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_200_Obras/Filosofos_latinos_EU/Descolonizacion_giro-Nelson_Maldonado.pdf. Acessado em: 07/12/2020.

³⁶ VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Ubu Editora, 2020.

baixos salários. Em consonância com a epistemologia decolonial, para o pensamento feminista negro, o racismo e o patriarcado são partes fundamentais do capitalismo dependente e subordinado, organizam a questão cultural, a exclusão e o acesso, pois, raça e gênero são construções sociais das classes dominantes para alocar negros, indígenas, mulheres e demais minorias em determinados espaços periféricos e estereotipados, como inferiores e subalternos.

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada, visando uma transformação vivida do social. [...]. Além disso, o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela.³⁷

A autora concebe a teoria feminista negra, a partir de uma abordagem decolonial, na qual, a interseccionalidade, os sistemas de opressões interligados são vistos como intersecção de sistemas complexos de opressão onde ressalta os processos de colonização e heterossexualismo, além da potencialidade dessa perspectiva, não apenas como crítica e denuncia mas como compreensão e combate a este sistema.

Pensadoras feministas negras em tensionamento com as perspectivas colonizadoras

Interpretar as desigualdades sociais, por meio de análises sociológicas e culturais, requer uma compreensão das dinâmicas de hierarquização social a partir de suas causas e de como se produzem e reproduzem socialmente. Sob esta ótica, o pensamento feminista negro se apresenta como uma epistemologia plural, constituída e fundamentada a partir de um percurso coletivo, condicionante de múltiplos pontos de vista, elaborados a partir da intersecção das diversas opressões, sendo raça, classe e gênero as mais ressaltadas, mas não as únicas. Dessa forma, a interseccionalidade aparece como uma proposta de avanço na compreensão da pluralidade e diversidade feminina a partir de uma espécie de pedagogia de engajamento que leve em consideração principalmente as categorias raça,

³⁷ LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 935-952, setembro-dezembro/2014, p. 940-941.

gênero, classe, sexualidade e geração. Ela “trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”.³⁸

Crenshaw estabelece uma comparação na qual os diversos eixos de poder aparecem como estruturantes das relações políticas e sócio-econômicas que se sobrepõem e se entrecruzam produzindo opressões e exclusões. Em contraposição, Kergoat³⁹ critica a ótica da interseccionalidade por seu viés geométrico que pode naturalizar e mascarar as relações sociais e, a partir do conceito de consubstancialidade/coextensividade, propõe a indissociabilidade das categorias de raça, classe e gênero.

A ideia de consubstancialidade [...] não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca.⁴⁰

Em conformidade, Akotirene⁴¹ tece uma crítica ao conceito de Crenshaw que, para ela, soa como separatista e hierarquizador das opressões. E, a partir da epistemologia feminista negra amefricana define a interseccionalidade com um “sistema de opressão interligado que envolve a vida das mulheres negras em avenidas identitárias”. Ao buscar amefricanizar a categoria, o conceito de “encruzilhada”⁴² concebe a interseccionalidade como um lugar no qual essas diversas opressões se interpenetram como acidentes identitários. Nesse sentido, Gonzalez⁴³ apresenta a categoria de análise de amefricanidade, que define como

³⁸ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, 174 1 semestre 2002, p. 171-188. <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acessado em: 20/02/2021.

³⁹ KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*. Cebrap, 86: 93-103, São Paulo, 2010. <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFf85kk/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: 31/05/2021.

⁴⁰ Ibidem, 2021, p.100.

⁴¹ AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade: feminismos plurais*. São Paulo. Pólen, 2019.

⁴² GONZALEZ, Lélia, GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984. p. 223-244. <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/ensinoemergencial/2020.1/outras-indicacoes/Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira.pdf/view>. Acessado em: 14/04/2021.

⁴³ GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69 - 82.

uma junção dos conhecimentos das sociedades africanas e indígenas ao conhecimento local, como forma de descolonizar o saber e compreender mais profundamente a experiência das pessoas negras nas Américas.

Quanto a nós, negros, como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos, enquanto descendentes de africanos, se continuamos prisioneiros 'cativos de uma linguagem racista'? Por isso mesmo, em contraposição aos termos supracitados, eu proponho o de americano ('amefricans') para designar a todos nós.⁴⁴

Deste modo, o pan-africanismo⁴⁵, negritude e afrocentricidade são constituintes de um pensamento e prática que percebem os negros como sujeitos, atuando sobre sua própria imagem, cultura e interesses. E, por isso, conclama estes sujeitos a assumirem seus lugares de fala; recuperar o corpo como território, sabedoria e corporeidade e, a partir de outras cosmovisões, escapar da racionalidade cartesiana, branca dicotômica e domesticadora que separa corpo e alma e hierarquiza os saberes racialmente. De acordo com Gonzalez⁴⁶, quem possui o privilégio social, tem a vantagem prerrogativa do conhecimento. Este se apresenta como modelo universal científico branco. Por isso, a construção da identidade é um ato político e não aleatório. Assim, tornar-se negro é reconhecer conscientemente sua condição de opressão e não um processo natural essencialista. É necessário ultrapassar as armadilhas das identidades políticas e questionar.

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros [...]. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova a sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de 'limpar o sangue' como se diz no Brasil), é internalizado com a consequente negação

<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lesia-gonzales1.pdf>. Acessado em: 14/04/2021.

⁴⁴ Ibidem, 1988, p. 76.

⁴⁵ Doutrina ou movimento que busca o desenvolvimento da unidade e solidariedade entre os países africanos.

⁴⁶ GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: *Caderno de formação política do Círculo Palmarino* n. 1 Batalha de Ideias, 2011. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acessado em: 06/06/2020.

da própria raça e da própria cultura.⁴⁷

Como Fanon⁴⁸, Gonzalez⁴⁹ também trata da problemática da identificação do dominado com o dominador, porém a partir da perspectiva das mulheres negras: a mãe preta, a doméstica e a mulata, alvos dos preconceitos racistas e sexistas. Influenciada por Lacan⁵⁰ na linguagem, a autora traz os conceitos de pretoguês,⁵¹ amefricanidade e amefrica-ladina ou ladinoamefricanidade, na busca por ultrapassar limites territoriais, linguísticos e ideológicos, em uma lógica social desestruturante da superioridade eurocristã e construtora de narrativas. Paralelamente, Gonzales⁵² tece uma crítica ao feminismo brasileiro por sua orientação eurocêntrica, articuladora da falaciosa democracia racial e do ideal de branqueamento e silenciamento das mulheres negras e indígenas.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas [...] nem parece preto.⁵³

A autora aponta a aceitação do mito da democracia racial pela sociedade como uma expressão do que denomina como “neurose brasileira”. Definida por ela como a tentativa de embranquecimento da população e a negação do racismo e do machismo.

⁴⁷GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69 – 82, p. 73. <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acessado em: 14/04/2021.

⁴⁸FANON. Frans. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

⁴⁹GONZALEZ, Lélia, GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984. p. 223-244. <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/ensinoemergencial/2020.1/outras-indicacoes/Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira.pdf/view>. Acessado em: 14/04/2021.

⁵⁰LACAN. Jaques. *O Seminário: De um Outro a outro*, livro 16. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2008.

⁵¹ Idioma que marca a africanização no Português falado no Brasil.

⁵² GONZALES. Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: *Caderno de formação política do Círculo Palmarino* n. 1 Batalha de Ideias, 2011. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acessado em: 06/06/2020.

⁵³ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, 1984, 223-244 p. 226. <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/ensinoemergencial/2020.1/outras-indicacoes/Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira.pdf/view>. Acessado em: 14/04/2021.

Contemporânea de Gonzalez, a escritora e ativista afro-americana Davis⁵⁴ traça um panorama das transformações sociais na vida das mulheres americanas, desde a era pré-industrial até a contemporaneidade, mostrando como a sociedade escravagista, patriarcal e capitalista, ao mesmo tempo em que se apropria da força de trabalho feminina negra, corrobora para sua inferiorização e submissão. Além disso, relega participação do gênero à esfera privada e estimula competições e cisões nos movimentos sufragistas e abolicionistas. A autora também denuncia a utilização dos serviços domésticos e sua destinação às mulheres negras como legado da escravidão e a precarização e vulnerabilização de espaços, que se tornaram violentos para elas. Ademais, reflete sobre o início do envolvimento das mulheres na luta abolicionista a partir do conceito de imbricamento das lutas de raça, classe e gênero, tendo como precursoras as ativistas negras.

Eu lavrei, plantei, e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem – quando podia fazê-lo – e suportar o chicote também! E não sou eu mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravatura, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu mulher?⁵⁵

O discurso de Truth trata de uma denúncia ao mito da fragilidade feminina propagado pela sociedade sexista e racista da época e assumido pelo movimento sufragista feminino. Collins⁵⁶ constrói um panorama amplo dos feminismos negros, ancorado nas ideias de intelectuais e ativistas negras estadunidenses, ela trata dentre outras, das teorias da filosofia afrocêntrica e feminista e propõe caminhos para compreensão dos conhecimentos e estratégias desenvolvidas por mulheres negras contra mecanismos de opressão que se sobrepõem sobre elas. Defende que a luta feminista negra deve agregar vivências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas a partir de uma cosmovisão de si mesmas, “o self”, como uma autodefinição da sociedade e de teorias sobre a realidade de mulheres

⁵⁴ DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁵⁵ Discurso da Sojourner Truth em 1851 na convenção de mulheres em Akron, em Ohio. SOJUNER TRUTH, *apud* DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 72.

⁵⁶ COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

negras, elaboradas por elas próprias que envolvam a história das lutas e o combate aos estereótipos, referidos pela autora como imagens de controle e aprisionamento.

Esses lugares institucionais nos quais as mulheres negras constroem autodefinições independentes refletem a natureza dialética da opressão e do ativismo. Escolas, a mídia impressa e os meios de comunicação, agências governamentais e outras instituições do ramo da informação reproduzem as imagens controladoras da condição de mulher negra. Em resposta, as mulheres negras se utilizaram tradicionalmente das redes familiares e das instituições da comunidade negra como espaços para se opor a tais imagens.⁵⁷

A reflexão do pensamento feminista negro da autora é sobre a consolidação de uma voz coletiva e autodefinida que expresse um ponto de vista articulado de mulheres negras. Ao trazer o conceito de *outsider* como a estrangeira e forasteira de dentro, Collins⁵⁸ faz referência às mulheres negras que experienciavam dois pontos de vista, a partir de vivências diferenciadas que as proporcionavam de uma ótica privilegiada dos processos contraditórios que reforçam a marginalização das mulheres negras.

Esse status de *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao self, à família e à sociedade. Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero.⁵⁹

Outrossim, a autora trata de necessidade de autodefinição como perspectiva de união, força e solidariedade das mulheres diaspóricas. Corroborando com Collins, Hooks⁶⁰ também reflete sobre o conceito de estrangeira de dentro: "ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto

⁵⁷ Ibidem, 2019, p. 7.

⁵⁸ COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, Volume 31. n. 1, p. 99-127. Janeiro/Abril 2016.

⁵⁹ Ibidem, 2016, p. 100.

⁶⁰ HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* Brasília, n. 16, p. 193-210, abr. 2015. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 14/04/2021.

de dentro para fora [...] compreendíamos ambos”.⁶¹ Além de se debruçar sobre o conceito de transgressão, a necessidade da educação insubmissa resistente ao silenciamento e opressão, ao racismo cultural e à colonialidade.

Minhas práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras [...]. Transpondo as fronteiras, possibilitou que eu imaginasse e efetivasse práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo) e ao mesmo tempo proporcionam novas maneiras de dar aula a grupos diversificados de alunos.⁶²

Pensar novas metodologias didáticas para questionar ações imbricadas no sistema educacional é fundamental para uma consciência feminista e a decolonialidade do saber. Além disso, Hooks também analisa o crescimento e amadurecimento do movimento feminista ao agregar a raça.

Superar a negação de raça ajudou mulheres a encarar a realidade da diferença em todos os níveis. E finalmente construíamos um movimento que não colocava o interesse de classe de mulheres privilegiadas, principalmente brancas, acima dos interesses de todas as outras mulheres. Construíamos uma visão de sororidade em que todas as nossas realidades podiam ser faladas.⁶³

A autora afirma ser este um fator essencial na compreensão dos “sistemas interligados de opressão: racismo, sexismo e capitalismo”. Ratts⁶⁴ e Nascimento⁶⁵ também colaboram na discussão dos sistemas de opressão. Elas incluem a diáspora, a transatlantidade e o quilombo para debater a situação das mulheres negras na escravidão e no período pós-escravidão: as mulheres fronteiriças, vistas como “o não ser”. Elas são desqualificadas pelo mercado de trabalho segregador que define suas posições de inferioridade, submissão e subalternidade.

Convivendo em uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos femininos como ideal de um maior grau de embranquecimento (desde a mulher mestiça até à branca), seu

⁶¹ HOOKS, Bell *apud* COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, Volume 31, n. 1, p. 99-127. Janeiro/Abril 2016, p. 100.

⁶² HOOKS, Bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013, p. 20.

⁶³ HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018, p. 71

⁶⁴ RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007, p. 75.

⁶⁵ Maria Beatriz Nascimento foi uma historiadora, professora, roteirista, poeta e ativista pelos direitos humanos de negros e mulheres. Influente nos estudos raciais no Brasil.

trânsito afetivo é extremamente limitado. Há poucas chances para ela numa sociedade em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela representante da etnia mais submetida.⁶⁶

Para Nascimento, a problemática da sobrevivência perpassa pela autoestima e solidão das mulheres negras quando são rejeitadas e invisibilizadas pelos padrões de beleza eurocêntricos e pela tradição academicista, embranquecedora, da qual a própria se autodeclara vítima.

Carneiro⁶⁷ denuncia a estrutura ocidentalizante do pensamento xenofóbico, racista, etnocêntrico e sexista que privilegia a Europa do homem branco como norma universal, desconsidera as demais contribuições e alteridades, destitui pessoas negras de sua humanidade, intelectualidade, afetividade e capacidade de cuidar.

O que impulsiona essa luta é a crença na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta antirracista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesma comunidade de destinos.⁶⁸

A luta das mulheres negras na sociedade contemporânea demanda luta “pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, na qual a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade.⁶⁹” Dessa maneira, todo branco é beneficiário de privilégios ao nascer. Ao repartirem estas vantagens prerrogativas, ao longo da vida, somente entre si, ratificam o que Bento⁷⁰ cunhou como “pacto narcísico da branquitude”: beleza, inteligência, legitimidade apenas aos brancos. De acordo com a autora, o racismo, apoiado no pacto narcísico, empobrece o país, considerando que as riquezas produzidas não são distribuídas

⁶⁶ RATTI, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007, p. 75.

⁶⁷ Em sua tese de doutorado, *Dualismo Social* ela se refere à dualidade da sociedade brasileira, formada por dois opostos, nos quais a maioria da população vive na extrema pobreza e uma pequena parte desfruta de extrema riqueza. CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

⁶⁸ CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, 2011. <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acessado em: 20/10/2020.

⁶⁹ Ibidem, 2011.

⁷⁰ BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. USP: São Paulo, 2002.

igualmente. Dialogando com Foucault,⁷¹ Carneiro convida a compreender este pacto social para destituí-lo, provocando fissuras nas estruturas erigidas a partir de alteridades estigmatizantes e aprisionadoras para desvendar as mazelas do racismo estrutural.

Conforme Ribeiro⁷², ao convergir com a epistemologia decolonial é necessário romper fronteiras, superar as diferenças e os processos de singularização e, em prol do enfrentamento, descolonizar o gênero da experiência eurocêntrica. Para tanto, é imprescindível o avanço na desconstrução do binarismo heteropatriarcal, a partir do questionamento da imposição capitalista da maneira de performatizar o gênero e formatar as experiências dos corpos.

O feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades. Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos. Hoje afirmo isso com muita tranquilidade, mas minha experiência de vida foi marcada pelo incômodo de uma incompreensão fundamental.⁷³

Portanto, é necessário recuperar o protagonismo, os lugares de fala, a capacidade de escuta para ouvir as histórias que não são contadas, restituindo a visibilidade negada às mulheres negras.

Também foi o feminismo negro que me ensinou a reconhecer diferentes saberes, a refutar uma epistemologia mestre, que pretende dar conta de todas as outras [...]. Valorizar o saber das ialorixás e dos babalorixás, das parteiras, dos povos originários é reconhecer outras cosmogonias e geografias da razão.⁷⁴

Há a necessidade de desconstruir processos estruturais enviesados que criaram os privilégios, ao invés de se desejar fazer parte deles, isso pode ser perseguido por meio do combate aos currículos prescritivos e à narrativa positivista e essencialista; do combate às arbitrariedades e contestação das políticas de morte e aprisionamento punitivista, aliados à defesa de políticas públicas universais. Ainda, conforme Ribeiro⁷⁵, lutar contra tais estruturas impositoras da desumanização, precariedade e morte, é lutar contra a colonialidade das classes dominantes, em favor de um processo emancipador. Esta luta também é inerente ao advento decolonial.

⁷¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 1975.

⁷² RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁷³ Ibidem, 2018, p. 7.

⁷⁴ Ibidem, 2018, s/p.

⁷⁵ Ibidem, 2018.

Evaristo⁷⁶, em linguagem poética e envolvente, denuncia, por meio de seus contos e poemas, experiências e vivências, aspectos da lida cotidiana das mulheres negras. Ela trata de dilemas sociais como pobreza, violência, exclusão, vulnerabilidade e questões existenciais repensadas sob as óticas de gênero, raça e classe, na desconstrução de um arquétipo de mulher forte, desumanizada e até animalizada, forjada para suportar as adversidades da vida, abdicar de si em favor dos outros e resistir, apesar da precariedade da vida.

É como se o medo fosse uma coragem ao contrário. Medo, coragem, medo, coragemedo, coragemedo de dor e pânico. A festa está se dando. Balas enfeitam o coração da noite. Não gosto de filmes da tevê. Morre e mata de mentira. Aqui, não. Às vezes a morte é leve como a poeira. E a vida se confunde com um pó branco qualquer.⁷⁷

A escritora propõe a escuta da voz racializada de quem, ao mesmo tempo, escreve e faz parte do espaço de construção da pesquisa, que faz emergir o debate sobre racismo estrutural, desigualdade de gênero e acesso a direitos e cidadania, trazendo para o centro do debate concepções amefricanas. Assim, por meio de trajetórias de vida e resistências, ela faz um convite ao aquilombamento⁷⁸, enquanto mulher negra e estabelece uma proposta interdisciplinar e decolonial de escrevivências⁷⁹, conforme o trecho de seu poema: “é tempo de formar novos quilombos, em qualquer lugar que estejamos, e que venham os dias futuros, salve 2020, a mística quilombola persiste afirmando: 'a liberdade é uma luta constante'”⁸⁰. De acordo com Evaristo, aquilombar é reunir-se para resistir e lutar contra as estruturas impostas e legitimadas pelo capitalismo e seus marcadores: colonialismo, patriarcado e racismo. Nesse contexto, Jesus⁸¹ a partir da perspectiva de uma mulher negra, catadora de papel e lavadora de roupas, com pouca instrução, narra o cotidiano e a árdua lida de uma mulher,

⁷⁶ EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2016.

⁷⁷ Ibidem, 2016, p. 62.

⁷⁸ O termo refere-se a compreensão da história, cultura e memória africanas e afrodescendentes, como tecnologia que permite a organização e intervenção social.

⁷⁹ Termo aponta para uma dupla dimensão comprometida com a condição da mulher negra numa sociedade marcada pelo preconceito: é a vida que se escreve na vivência de cada pessoa.

⁸⁰ EVARISTO, Conceição. *Tempo de nos Aquilombar*. Rio de Janeiro: O Globo, 2019.

⁸¹ Carolina Maria de Jesus foi uma das primeiras escritoras negras do Brasil, compositora e poetisa.

solteira e mãe de três filhos, na batalha diária pela sobrevivência e luta contra seu pior inimigo: a fome.

Percebi que no frigorífico jogam creolina no lixo, para o favelado não catar a carne para comer. Não tomei café ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer, percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? Parece que quando eu nasci o destino marcou-me para passar fome.⁸²

A escritora se desdobra para alimentar sua família, em uma conjuntura de extrema miséria e frustração, mas a fé, a leitura e a escrita eram seu refúgio. De maneira simples, porém contundente, Jesus tece críticas à política e sociedade da época, denuncia as desigualdades sociais e o desamparo da população pobre pelo estado e órgãos oficiais.

Mas eu já observei os políticos. Para observá-los fui na Assembleia. A sucursal do purgatório, porque a matriz é a sede do Serviço Social, no Palácio do Governo. Foi lá que eu vi ranger de dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em relação ao povo.⁸³

Jesus e Evaristo apresentam em suas obras, um misto de tristeza e poesia, amor e desespero que corrobora para refletir sobre a realidade vivenciada no cotidiano das mulheres negras e pobres brasileiras, predominantemente atravessadas por situações de perigo, miserabilidade e sofrimento.

As escritoras acima referenciadas trazem, por meio da perspectiva do pensamento feminista negro, noções de como mazelas sociais atingem muito mais a população negra. A partir das denúncias, elas convidam a quebrar esse ciclo vicioso, pela inserção de novos sujeitos capazes de buscar a restituição de humanidades negadas, por meio da luta contra as estruturas impostas pela epistemologia hegemônica eurocêntrica e legitimadas pela colonialidade. Em consonância, Adichie⁸⁴ em palestra no programa *Ted Talk* alerta para “o perigo de uma história única”:

⁸² JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960, p. 39.

⁸³ *Ibidem*, 1960, p. 47.

⁸⁴ Escritora nigeriana feminista, reconhecida como destaque de jovens autoras anglófonas da literatura africana.

É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. É um substantivo, que livremente se traduz: 'ser maior do que o outro.' Como nossos mundos econômicos e políticos, histórias também são definidas pelo princípio do nkali. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder.⁸⁵

A autora converge com as pensadoras supracitadas, segundo as quais, a partir das epistemologias dos feminismos negros e decolonial, a diversidade étnico-racial, histórica e cultural necessita ser contemplada nos diversos espaços sociais e educacionais. Isso pode ser alcançado por intermédio da descolonização do saber, por meio do combate ao currículo escolar acadêmico monolítico, único e universal.

Não se trata simplesmente de contrapor de forma maniqueísta e ingênua, à memória social herdada, uma outra memória social e racial positiva e supostamente superior. Trata-se, sim, de ativar a possibilidade de dar expressão e significado a conteúdos históricos concretos silenciados pelas memórias dominantes, trazer à cena e positivar os conteúdos não codificados pelas linguagens convencionais, ressignificar as sociabilidades não-hegemônicas e as múltiplas temporalidades do viver cotidiano.⁸⁶

Em contraposição ao currículo monolítico e prescritivo, cujo conteúdo se alinha ao modelo hegemônico, o currículo necessita ser diverso e contemplar as dimensões cotidianas históricas e atuais, éticas e estéticas, de forma transversal à concepção teórica. Este processo prescinde de políticas e ações afirmativas afro-reparatórias e paradigmas de aprendizagem que pressuponham a inclusão, na perspectiva da promoção de uma educação democrática e emancipatória, que vise a libertação dos sujeitos, e a suplantação do processo acultrador, domesticador e docilizador da colonialidade. Para isto, o ensino e pesquisa da história e cultura da África e diáspora e das populações originárias ameríndias aliado à valorização da história e identidades regionais e locais se apresenta como ferramenta potente de visibilidade, valorização e reconhecimento destes povos e

⁸⁵ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ&t=17s>. Acessado em: 14/04/2021.

⁸⁶ MATTOS, Wilson Roberto de. Valores civilizatórios afro-brasileiros na elaboração dos currículos escolares – ensaiando pressupostos. In: RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento (Coord.) *Diversidade na educação: reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação e Média e Tecnológica, p. 30, 2003.

culturas.

É imprescindível, para tanto, inserção e teorização da realidade por estes sujeitos desvalidos, como protagonistas de conhecimentos desveladores das fronteiras do saber e das mazelas seculares da materialidade do discurso dominante do poder. Este movimento corrobora para uma mudança de status que referencia os saberes decoloniais, como possibilidade de efetivação dos direitos humanos nas universidades e escolas brasileiras e nos demais espaços de poder e sociabilidade na contemporaneidade.

Diante do exposto, é perceptível a potência do pensamento feminista negro, que, através de uma “pedagogia feminista”⁸⁷ funciona como poderosa chave de possibilidades e ferramentas para a compreensão e subversão das relações sócio-políticas e culturais no Brasil e no mundo, corroborando para o giro decolonial, cujo processo se realiza por meio da dialogicidade, problematização e horizontalização dos saberes e fazeres referenciados também por Freire.⁸⁸

Considerações Finais

A partir das discussões trazidas, conclui-se a relação intrínseca e dialética entre os feminismos negros e a decolonialidade, na qual, os primeiros funcionam como uma postura propositiva de dinâmicas e práticas engajadoras, que sensibiliza mulheres e homens para as questões de gênero, raça e classe; e a segunda traz concepções teóricas e metodologias comprometidas com a diversidade, emancipação e libertação dos povos e das fronteiras. Constata-se que o movimento feminista negro desempenha um papel de destaque, corroborando para a reflexão decolonial, por meio do questionamento dos saberes e fazeres gerados nos espaços hegemônicos de produção e reprodução da modernidade e, por meio da proposição de éticas e estéticas radicais e de novas metodologias de práticas insubmissas, combativas da educação colonial domesticadora e promovedoras de decolonialidade.

⁸⁷ É uma metodologia de trabalho popular que tem como base o trabalho com mulheres. Essa metodologia de trabalho parte do pressuposto de que a sociedade contemporânea é marcada por desigualdades nas relações entre mulheres e homens.

⁸⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Deste modo, as teorias feministas negras convocam as populações subalternizadas à insurgência para a batalha como uma necessidade histórica para combater as estruturas neocolonialistas, produtoras e reprodutoras das desigualdades sociais. Sobretudo, tais teorias conclamam a movimentos anti-imperialistas, anticolonialistas, antirracistas e antissexistas, que impulsionam a luta contra o latifúndio e a exploração do agronegócio, como processos fundantes da colonização; a luta pela reforma agrária, agroecologia e proteção ao meio ambiente; pela democratização da terra, moradia, saneamento básico e cultura. Conquistas que podem ser perseguidas por meio de políticas públicas de soberania alimentar e justa distribuição de renda, garantia de demarcação dos territórios dos povos originários e acesso aos povos sequestrados de África e estímulo à educação do campo, como movimento originado e articulado pela luta dos trabalhadores e trabalhadoras na sua diversidade.

Estas formulações são fundamentais na pauta de defesa da vida, dos direitos, da democracia e da justiça social; no enfrentamento à subalternização e opressão, e na resistência contra os desmontes empreendidos pelas políticas conservadoras e ultra neoliberais.

Nesse sentido, considera-se que o pensamento feminista negro, aliado à epistemologia decolonial e potencializado pela educação emancipadora, provoca uma compreensão dialógica da realidade, a partir da reflexão contra efeitos do racismo, como auto-ódio, baixa autoestima e falta de autorrespeito. Ademais, por meio do estímulo ao exercício da verdadeira democracia, promove a resistência à exploração neoliberal, fomenta a existência coletiva organizada, em detrimento do individualismo estimulado pela lógica predatória capitalista.

Portanto, considera-se que o objetivo do presente artigo alcançado ao destacar a potencialidade do pensamento feminista negro para incluir possibilidades pedagógicas no fomento ao debate de raça, etnia, classe e gênero no âmbito educacional para o combate ao racismo, sexismo e cultura patriarcal advindos da colonialidade. Portanto, a consolidação de referenciais no sentido da restituição da humanidade, negada aos sujeitos alijados do acesso à plena cidadania, são inerentes à lógica do pensamento feminista negro, corroborando com os estudos decoloniais, na perspectiva de esperança para o bem-viver em sociedades pautadas no respeito. Espera-se que esta reflexão contribua com o

engajamento nos estudos, debates e ações de intervenção nas situações de racismo e sexismo nas escolas, colaborando na busca da decolonialidade do saber para a construção de uma sociedade mais justa que garanta a dignidade da pessoa humana.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ&t=17s>. Acessado em: 14/04/2021.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade: feminismos plurais*. São Paulo. Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BAHIA. Secretaria de Saúde. *Programa de Combate ao Racismo Institucional*, 2006, s/p.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Lei 12. 593. *Plano Plurianual 2012-2015*. Brasília, 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12593.htm Acessado em 10/03/2021.

BRASIL. Lei 11.645/08. *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*. Brasília, 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acessado em: 10/03/2021.

BRASIL. *Proposta de Emenda Constitucional n. 32/2020*. <https://static.poder360.com.br/2020/09/PEC-32-2020.pdf>. Acessado em: 14/04/2021.

BRASIL. *Medida Provisória 936/2020*, Brasília, DF, 2020. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm Acessado em: 10/04/2021.

BRASIL. *Emenda Constitucional 103/2019*. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acessado em: 10/04/2021.

BRASIL. *Emenda Constitucional 95/2020*.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

Acessado em: 20/12/2021

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. USP: São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

_____. *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, 2011.

<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>.

Acessado em: 20/02/2021.

_____. *Epistemicídio*, 2013. <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>. Acessado em: 10/11/2020.

_____; FISCHMANN, Roseli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, Volume 31. n. 1, p. 99-127. Janeiro/abril 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, 174 1º semestre 2002, p. 171-188 <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acessado em: 20/02/2021.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Tempo de nos Aquilombar*. Rio de Janeiro: O Globo, 2019.

FANON, Franz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 1975.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223 – 244, 1984. http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/ensinoemergencial/2020.1/outrasindicacoes/Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira.pdf/vie_w. Acessado em: 14/04/2021.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69 - 82. <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acessado em: 14/04/2021.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In: *Caderno de formação política do Círculo Palmarino n. 1 Batalha de Ideias*, 2011. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acessado em: 06/06/2020.

_____. Documentário. In: *As Divas Negras do Cinema Brasileiro*. Direção: Vik Birkbeck. Rio de Janeiro: Enugbarijô Comunicações, 1989. <https://www.youtube.com/watch?v=vJPCUf4yLKw/>. Acessado em: 14/03/2021.

HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs, and women*. The reinvention of nature. Routledge, New York, 1991.

HOOKS, Bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

_____. Mulheres negras moldando a teoria feminista. *Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília*, n. 16, p. 193 - 210, abr. 2015. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 14/04/2021.

_____. *apud* COLLINS, Patrícia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, Volume 31. n. 1, p. 99 -127. Janeiro/abril 2016.

_____. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. *Censo Brasileiro de 2016*. Rio de Janeiro, 2018. https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/Plano_de_Dados_Abertos_IBGE_2016_2017_20160831.pdf Acessado em: 15/02/2021.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*. Cebrap, 86: 93-103, São Paulo, 2010. p. 100.

<https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFfF85kk/?lang=pt&format=pdf>

Acessado em: 31/05/2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo no Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAN, Jaques. *O Seminário: de um Outro a outro*, livro 16. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 935-952, setembro-dezembro/2014, p. 940-941.

MATTOS, Wilson Roberto de. Valores civilizatórios afro-brasileiros na elaboração dos currículos escolares, ensaiando pressupostos. In: RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento (Coord.) *Diversidade na educação: reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação e Média e Tecnológica, p. 30, 2003.

Mignolo, Walter D. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 32 Nº 94, julho, 2017.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN). *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. 2021. http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf. Acessado em: 15/04/2021.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. *O que é lugar de fala?* São Paulo. Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial*. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2018.

SANTOS, Richard. *Maioria Minorizada: um dispositivo analítico de racialidade*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

SOJUNER TRUTH, *apud* DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

TORRES, Nelson Maldonado. La descolonización y el giro des-colonial. In: *Tabula Rasa*. Bogotá Colombia, n. 9: 61-72, julio-diciembre, 2008. https://enriquedussel.com/txt/Textos_200_Obras/Filosofos_latinos_EU/Descolonizacion_giro-Nelson_Maldonado.pdf. Acessado em: 07/12/2020.

VERGÈS. Françoise. *Um feminismo decolonial*. Ubu Editora, 2020.

WERNECK, Jurema. Racismo Institucional e Saúde da População Negra. *Revista Saúde e Sociedade*. São Paulo, vol. 25, n.3. p. 543, 2016.



This work is licensed under a Licence [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

